

Uma análise sobre a Educação Física escolar do século XX: a promoção da saúde em foco

An analysis of physical education in the 20th century: promoting health in focus

Felipe Guaraciaba Formoso¹
Alan Camargo Silva²
Gustavo da Motta Silva³

RESUMO:

A promoção da saúde na Educação Física Escolar brasileira tem sido potencializada desde o início do século XX. A abordagem vem se modificando de acordo com o modelo político-pedagógico que vigora no país. Na década de 1980, o momento de abertura política do Brasil propiciou as principais alterações no que concerne à educação e saúde. O objetivo deste estudo foi analisar criticamente aspectos históricos da promoção da saúde na Educação Física Escolar brasileira, por meio de uma revisão de literatura. A relevância dos determinantes sociais e culturais foi o principal marco dentro dos recentes avanços na literatura, sobretudo por questionar o modelo de aptidão física relacionada à saúde. Conclui-se que há a necessidade de uma conexão entre teoria e cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Promoção da saúde; Educação Física; História.

¹ Doutorando em Ciências Humanas/Educação Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Educação Física da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Cultura(s) da (GECEC /PUC-RIO). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6230-673X>. E-mail: felipeguaraciaba@yahoo.com.br.

² Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Doutorado em Educação Física (UFRJ). Professor das redes Municipal e Estadual de Educação do Rio de Janeiro; professor do curso de pós-graduação lato sensu em Desporto de Campo e de Quadra da EEFD/UFRJ e membro externo do PPGEF/UFRJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0220960603229593>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1729-5151>. E-mail: alan10@zipmail.com.br.

³ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor das Redes Municipais de Educação do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias. Membro do Núcleo de Estudos Sociocorporais e Pedagógicos em Educação Física e Esportes (UFRJ/NESPEFE-EEFD), do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES/UFRJ) e do grupo de pesquisa História da Profissão Docente (PRODOC/PUC-Rio). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1874-3633>. E-mail: gustavomotta1990@hotmail.com.

ABSTRACT:

The health promotion is present in the physical education since the beginning of the 20th century, but the approach changes with the pedagogic and political models. The 80s was when the dictatorship lost power in Brazil and promote a big modification in health and education as areas of research. The objective of this study was to analyze the history of the health promotion in physical education. The importance of the sociocultural factors was relevant in the literature because they contributed to see the physical fitness in a different way. The study conclude that is significant to conceive a relationship between the practice at the school and theory.

KEYWORDS: Health promotion; Physical Education; History.

Introdução

O acelerado processo de industrialização do país no início do século XX foi determinante para o êxodo da população rural, o que obrigou a maioria dos habitantes a novos hábitos nos grandes centros urbanos (SILVA; MORGADO, 2015). É importante destacar que o crescimento populacional nos centros urbanos foi um dado percebido já no final do século XIX, potencializado no século seguinte. No Rio de Janeiro, por exemplo, o crescimento populacional entre 1872 e 1890, aumentou de 274 mil para 522 mil habitantes (CARVALHO, 2015). Entre 1906 e 1920, o número de habitantes na cidade teria um aumento de 40% (O'DONNELL, 2015). Esses números também eram justificados pelos movimentos de migração para a capital do país (MACHADO; ROCHA JUNIOR, 2020).

O resultado desse processo propiciou, em parte, o aparecimento de inúmeras doenças, desde as mais perniciosas (infecto-contagiosas) até as denominadas hipocinéticas (doenças cardiovasculares, obesidade, hipertensão arterial, diabetes mellitus tipo II, osteoporose, dores nas costas, determinados tipos de câncer, etc.), essas, por vezes, relacionadas ao sedentarismo (PALMA; VILAÇA, 2010; FERREIRA; CASTIEL; CARDOSO, 2012; BAGRICHEVSKY; ESTEVÃO, 2012). Diante deste panorama sanitário, uma das principais preocupações da comunidade científica no campo da Saúde Pública e da Educação Física vem sendo a elaboração de estratégias de intervenção que busquem minimizar ou reverter o estágio atual de inatividade física no Brasil, tendo em vista a promoção da saúde (SILVA, 2017; NOGUEIRA; BOSI, 2017).

No entanto, especificamente na área da Educação Física Escolar, historicamente, estas estratégias foram sendo desenvolvidas, em grande parte, sob a égide da secundarização do outro/a, refutando questões de classe, raça, gênero, condição física, habilidades, entre outros marcadores sociais da diferença. Para Neira (2011), a matriz psicobiológica que foi sendo implantada ao longo dos anos no currículo e na prática em Educação Física escolar favoreceu espaços cada vez mais genderizados, classizados e racializados.

Assim, no que tange à Educação Física no âmbito formal, essa discussão, de origem médico-sanitária, tornou-se bastante conhecida na primeira metade do século XX com o governo de Getúlio Vargas e o Estado Novo (PARADA, 2009). Com as Reformas que estavam ocorrendo na então capital nacional, a Educação e conseqüentemente a Educação Física passaram a desenvolver meios para acompanhar o “progresso” através da propagação de ações/práticas relacionadas aos preceitos higiênicos (SILVA; SOUZA, 2013).

Desse modo, para além das questões médico-sanitárias, tradicionalmente, tal disciplina teve sua identidade marcada por “silenciamentos” condizentes com suas tendências pedagógicas higienistas/eugênicas, esportivistas e de aptidões físicas relacionadas à saúde. Neste sentido, argumenta-se a relevância compreender como as relações entre educação e saúde se entrecruzam no “chão da escola”, mais precisamente, na disciplina Educação Física, questionando se a promoção da saúde possui uma perspectiva individual e comportamental ou se leva em consideração as condições sociais, culturais, políticas e históricas (HAESER; BÜCHELE; BRZOWSKI, 2012; SILVA, 2017). Isso contribuiria sobremaneira para desvelar em que medida a promoção da saúde na disciplina estaria especialmente atendendo questões, tais como equidade, direitos, justiça social, cidadania e, sobretudo, desnaturalizando ou descolonizando modos de se relacionar com o corpo e as práticas corporais (NEIRA, 2011).

Nos últimos anos, tem-se problematizado criticamente a Educação Física no sentido de promoção da saúde na escola ainda pautada em estudos epidemiológicos e suas relações com aptidão física e exercício físico habitual (ALMEIDA; OLIVEIRA; BRACHT, 2016; OLIVEIRA; VELOZO; SILVA, 2016). Questiona-se que esse modelo de aptidão física relacionada à saúde vem incorporando em suas causas uma contextualização restrita as Biociências do movimento humano, o que não se coaduna com parte da literatura recente, que incorpora causas não-biológicas aos fatores de risco individuais para explicação das elevadas taxas de morbidade e mortalidade (CASTIEL; GUILAM; FERREIRA, 2010; BAGRICHEVSKY *et al.*, 2013).

Deste modo, o objetivo desse trabalho foi analisar aspectos históricos da promoção da saúde da Educação Física Escolar brasileira. Optou-se pelo recorte temporal do século XX, pois é possível identificar as continuidades e rupturas entre o projeto de sociedade moderna e higiênica (MACHADO; ROCHA JUNIOR, 2020) e posteriormente a ideia de aptidão física relacionada à saúde (BAPTISTA; 2015; BAPTISTA; BAPTISTA, 2017), presentes no período em tela.

A eugenia e o higienismo

Os termos eugenismo e higienismo são utilizados, frequentemente, como sinônimos. Ainda que eles guardem significativos pontos de convergência, para Góis Junior e Garcia (2011), há especificidades conceituais que não podem ser desconsideradas. A eugenia estaria associada primordialmente à questão da hereditariedade, da procriação adequada, enquanto que o higienismo, de uma tendência baseada na “limpeza da raça”. O objetivo da tendência higienista era identificar e classificar hábitos que pudessem favorecer a prevenção de doenças e evitar a proliferação das mesmas, pois neste momento o conceito de saúde estava restrito a uma visão que em muitos casos estava voltada às circunstâncias sociais. A própria Saúde Pública foi criada nesse contexto sanitário de identificar as condições insalubres da população buscando ações de prevenção (OSMO; SCHRAIBER, 2015). Nesta ótica, pessoas saudáveis eram aquelas que não possuíam doenças. “Já o objetivo da eugenia era estudar a influência da herança genética nas qualidades físicas e mentais dos indivíduos” (GÓIS JÚNIOR E GARCIA, 2011, p. 247).

O eugenismo e o higienismo caracterizam-se essencialmente pelo temor da miscigenação, pela organização por raças, por uma contextualização europeia de mundo, por idealizações estéticas e morais que carregavam a ideia de negação da diferença visando o aperfeiçoamento da espécie humana. Tais concepções eram endossadas por políticos e intelectuais brasileiros que legitimavam seus ideais por meio da propaganda e do conhecimento científico (WEGNER, 2017). Acrescenta-se, por exemplo, que a própria proposta educacional em termos legais continha aspectos que ratificavam a necessidade de um “melhoramento racial”: uma educação eugênica (OLIVEIRA *et al.*, 2017; ROCHA, 2018).

Nota-se, no início do século passado, em diversas publicações, principalmente de Renato Ferraz Kehl, um médico, autor de inúmeros livros na área da Educação e da Educação Física, uma preocupação em aplicar conceitos Darwinistas e uma busca incessante em evitar a formação de um povo mestiço (SILVA; 2012; SILVA; BERLESE, 2018). O restabelecimento de uma padronização de raça idealizada a partir de uma visão puramente europeia, a qual vinha sendo freada por imigrantes japoneses e italianos que já se relacionavam com negros e índios, também faziam parte desse modelo eugênico preconizado (SILVA; BERLESE, 2018).

Destarte, a concepção eugenista/higienista marcou a Educação Física na primeira metade do século XX. Esta concepção tinha como preocupação central hábitos de higiene e saúde, dando valor ao desenvolvimento físico e moral através do exercício (DARIDO E RANGEL, 2005). Guiraldelli Júnior (2001) afirma que essa concepção atua no sentido de agente de saneamento público, buscando uma sociedade livre de doenças infecciosas e dos vícios que venham deteriorar a saúde do povo. Tal relação biologizante/ medicalizante com a Educação Física em detrimento das questões pedagógicas, trouxe a presença de médicos nas aulas da disciplina. Nesse caso, o processo de escolarização serviu para a normalização ou normatização moral de corpos ditos saudáveis (SCHNEIDER; FERREIRA NETO, 2006). Esta presença era indispensável para a realização das atividades físicas e estabelecia por meio de sua autoridade o diagnóstico dos capazes e incapazes para as práticas corporais.

Em virtude de sua proximidade e contemporaneidade com a conjuntura militar implementada pelo do Estado Novo⁴ de Getúlio Vargas, o higienismo/eugenismo guardava algumas semelhanças. Assim como em outros momentos da História do país, a Educação Física possuía uma relação muito próxima com os militares. Essa proximidade era vista tanto no âmbito burocrático quanto na prática, pois o único curso civil de formação de professores para área em todo país tinha inúmeros professores militares e o diploma era emitido pelo Ministério da Guerra (SILVA, 2018). A tendência militar também visava à seleção dos indivíduos, no entanto, seus objetivos eram mais abrangentes e incluíam além da preparação física para o combate e para a guerra, a docilização dos corpos. Bracht (1999, p. 1) amplia essa afirmação enunciando que:

Assim, o nascimento da EF se deu, por um lado, para cumprir a função de colaborar na construção de corpos saudáveis e dóceis, ou melhor, com uma educação estética (da sensibilidade) que permitisse uma adequada adaptação ao processo produtivo ou a uma perspectiva política nacionalista, e, por outro, foi também legitimado pelo conhecimento médico-científico do corpo que referendava as possibilidades, a necessidade e as vantagens de tal intervenção sobre o corpo.

Portanto, o higienismo/eugenismo na Educação Física Escolar pretendia resolver problemas de saúde pública no país através da educação, ou seja, uma tentativa de utilizar a educação para a saúde. Educação e saúde faziam parte da perspectiva sanitária da época constituindo sujeitos moralmente saudáveis e produtivos para a formação de mão de obra laboral (MELO, 1981). É nesse contexto em que a Educação Física desde a sua legitimação no âmbito educacional fica entremeada à realidade problematizada por Buss e Carvalho (2009): “A estratégia das escolas promotoras da saúde está em expansão no país, com a multiplicação de projetos e programas orientados para o fomento de práticas saudáveis entre professores e alunos da rede escolar” (p. 2311). Alguns trabalhos demonstram em que medida a influência da Educação Física ou, mais precisamente, do seu principal recurso pedagógico, a Ginástica, constituía um projeto de nação brasileiro calcado em elementos higienistas e eugênicos (GÓIS JÚNIOR, 2013; PAIVA, 2015).

Estes elementos não contribuíram para contemplar a corporeidade humana em sua diversidade. Pelo contrário, a ginástica e posteriormente o esporte propiciaram a legitimação da masculinidade e a negação daquelas e daqueles com menor destreza. As meninas, as quais tinham seu direito anteriormente indeferido por sua fragilidade e pouca habilidade, passaram a praticar exercícios físicos na escola sob a égide de proposições eugenistas tais como se tornarem

⁴ O Estado Novo foi um Regime Político que durou entre 1937 e 1945 (CAMINHA, 2019).

mais resistentes e terem uma prole mais saudável (ZUZZI E KNIJNIK, 2010). Entretanto, há na literatura exemplos que demonstram ideias, tentativas e práticas que caminhavam no sentido contrário das políticas oficiais, no sentido de pensar pedagogicamente a Educação Física na escola (REI, 2013; 2019).

A aptidão física relacionada à saúde

Na década de 1980, o processo de redemocratização do país, o movimento das “diretas já” e a denominada “abertura política” propiciaram ao sistema educacional uma reflexão sobre as abordagens pedagógicas vigentes no ambiente escolar, que por sua vez vinham sendo utilizadas como pano de fundo para a manutenção do *status quo* (SILVA, 2013). Essa reflexão para a Educação Física significou um questionamento sobre toda a “hegemonia biologicista”, que se perpetuava ao longo da história da disciplina.

É neste momento que acontecem as primeiras traduções de “obras proibidas” pelo governo militar, como, por exemplo, do filósofo marxista Antonio Gramsci, publicadas pela Editora Civilização Brasileira e com elas o surgimento de expressões como a de sociedade civil que passaram a permear as discussões no meio social e acadêmico (FONTES 2006). Sendo assim, a Educação Física passa por um momento de rupturas com a construção de novas formas de conceber e perceber a sociedade, além do seu próprio papel pedagógico no interior da instituição escolar.

Caparroz (1997) afirma que essa “nova era” aparece com o nascimento de concepções e práticas pedagógicas libertadoras, transformadoras, na perspectiva de desenvolver uma Educação Física preocupada com o ser humano. As perspectivas acadêmicas apresentavam um novo olhar para a disciplina, apresentando rupturas com o que havia sido pensado ou experimentado, visto que, a Educação Física que se tinha até então não tinha nas ciências humanas uma base constituída de ancoragem.

Contraopondo as concepções escolares vigentes até o período de “abertura política”, muitas tendências pedagógicas na área foram elaboradas trazendo em seu bojo uma perspectiva de mudança. Destacam-se aqui as abordagens desenvolvimentista, com foco nas vivências e aprendizagens motoras (TANI, 1988), a construtivista, a qual resgata a cultura corporal que o aluno/a possui previamente (FREIRE, 1989), a crítico-superadora, baseada no marxismo, tendo como pano de fundo a contextualização dos fatos e a justiça social (SOARES *et al.*, 1992) e a crítico-emancipatória, inspirada na Escola de Frankfurt, que privilegiava a relação entre a emancipação do sujeito e a ação comunicativa, baseada na crítica de um agir solidário orientado pela codeterminação, autodeterminação e autorreflexão entre professor e aluno (KUNZ, 2004). Tais tendências não tratavam da saúde como foco principal, por isso não serão aprofundadas nesse trabalho.

Imerso a estas novas concepções de Educação Física, surge então o paradigma da aptidão física relacionada à saúde, tendo como base a fisiologia do exercício. Seus principais representantes no Brasil defendem a importância da incorporação de valores e atitudes, que permitam ao indivíduo um estilo de vida saudável e fisicamente ativo (GUEDES & GUEDES, 1997; NAHAS, 2001)⁵. Essa proposta foi ainda reiterada e acabou tendo como “braço direito” os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental para terceiro e quarto ciclo, em que o tema saúde seria um daqueles denominados como transversais (BRASIL, 1998). No

⁵ Segundo Darido e Rangel (2005) esse paradigma e estes autores fazem parte de uma abordagem pedagógica a qual as autoras denominam como “Saúde renovada”.

entanto, os PCN tratam a questão da saúde de uma maneira mais ampla coadunando-se com os preceitos da Organização Mundial da Saúde (OMS), na qual esta organização trata o tema a partir de uma visão holística⁶, diferentemente da primeira metade do século passado. No que se refere ao PCN, o documento assinala que as questões posturais, a qualidade de sono, os hábitos alimentares, as atividades de lazer, a socialização do indivíduo são fatores que devem ser levados em consideração no binômio saúde-atividade física.

Posteriormente, de maneira ainda mais específica, o documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 1999), acabou por legitimar sua total relação com a aptidão física relacionada à saúde, quando em um dos seus objetivos propunha que a Educação Física Escolar deveria ensinar o cidadão a monitorar, controlar e ter autonomia em relação ao seu programa de atividades físicas, além da incorporação de um estilo de vida ativo. Corroborando com essa ideia, Mattos & Neira (2007) compreendem que o desenvolvimento dos conteúdos por parte dos docentes do ensino médio na área deve ter ênfase nos benefícios que se pode obter com a prática rotineira de atividades físicas, e ao mesmo tempo, busca a tomada de consciência de que o sedentarismo pode vir a trazer sérios riscos à saúde.

Não há dúvidas de que essa concepção de saúde na educação emergiu-se de maneira renovada, não se reduzindo aos exercícios calistênicos e às atividades esportivas excludentes concebidas historicamente na disciplina (DARIDO & RANGEL, 2005). Além disso, a associação de conteúdos que vinculam a qualidade de vida à conscientização através das biociências do movimento humano trouxe um lastro significativo para a promoção da saúde na escola, o que faz denotar sua distinção ao modelo eugenista/ higienista. Se por um lado essa tendência pedagógica avançou em respeitar o processo individual do aluno indicando determinados estilos de vida com informações sobre saúde, por outro, essa perspectiva pode ser considerada ou interpretada como neohigienista na medida em que ainda mantém um conteúdo moral de docilização de corpos (CASTIEL; GUILAM; FERREIRA, 2010; BAGRICHEVSKY; TEIXEIRA; ESTEVÃO, 2011).

Por outro lado, o paradigma da aptidão física relacionada à saúde acaba por desconsiderar todo o envoltório socioeconômico e cultural, e segundo Farinatti & Ferreira (2006) estabelece uma relação causal com a saúde apresentando o indivíduo como o problema e a mudança do estilo de vida como a solução. Portanto, seus representantes não conseguem superar o modelo reducionista de saúde, não relevando toda a multifatoriedade do tema, fazem com que a proposta fique relegada ao trânsito biológico. Para os autores, é inócuo trabalhar a questão da promoção da saúde na Educação Física Escolar sem a compreensão não só dos fatores biomecânicos e fisiológicos, mas dos determinantes socioeconômicos, políticos e culturais. Um exemplo disso que estes autores apontam é a de que campanhas pela promoção da saúde na escola deveriam vir acompanhadas de uma contextualização da redução jornada de trabalho sem prejuízos salariais, pois se sabe que um dos principais fatores do sedentarismo e da falta de assiduidade nas práticas corporais está no escasso tempo que o indivíduo possui para as tarefas pré-laborais e pós-laborais.

Outros questionamentos como as péssimas condições de saúde pública, o desemprego estrutural, os poucos espaços públicos disponíveis para prática dos exercícios, concomitante ao acelerado processo de edificação predial podem ser problematizados de igual modo. A questão

⁶ Para a OMS, a saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença. Entretanto, Silva (2017, p. 214) lembra que tal definição “possui um alcance utópico e estético a que se propõe. Além disso, se caracteriza pela sua subjetividade e proposta fragmentadora de ser humano [...]”.

dos hábitos alimentares não deveria ser obscurecida por questões que envolvem atualmente o alto preço de produtos naturais, orgânicos e daqueles de uma maior qualidade nutricional. A indústria do agronegócio e a agricultura familiar podem ser perpassadas nessa perspectiva.

No que diz respeito à Educação Física escolar, o referido paradigma entende que deveria haver uma contribuição para a autonomia dos alunos com relação à prática de atividade física. Logicamente, levando em consideração a quantidade de aulas que a disciplina possui na grade curricular, seria impossível que a aula por si só contribuísse efetivamente para a qualidade de vida dos alunos, porém poderia contribuir para que mesmos compreendessem de forma mais ampla os sentidos presentes na prática de uma atividade corporal.

Com uma visão similar, Ferreira (2001) aponta que um dos maiores problemas da visão simplista da saúde na escola é a homogeneização da cultura. Não basta reconhecermos as diferenças culturais, é necessário questionarmos e desnudá-las relacionando as implicações para a promoção da saúde no seu sentido mais amplo. Fazer reconhecer as relações de poder que a constituem torna-se fundamental para que não adotemos uma ótica simplista e culpabilizemos a vítima, o indivíduo, e somente enxerguemos o exercício físico como a remédio para todos os males.

Considerações finais

O quadro atual tem demonstrado inúmeras críticas em relação ao modelo de aptidão física relacionada à saúde. Existe uma grande necessidade de se ampliar o enfoque desse modelo conceitual, pois estamos saindo da ênfase excessiva da dimensão procedimental, sem saber ao certo o que compreender. Assim Breilh (1991), *apud* Baguichevsky & Estevão (2005, p. 69), comenta que: “conceber saúde não pode representar unicamente a busca pela compreensão de terminologias e seus sentidos semânticos, mas antes, a consideração da complexidade de fatores entrecruzados- econômicos, políticos e culturais, que perpassam-na”. Em outras palavras, programas e campanhas em geral não teriam condições de modificar o quadro de sedentarismo da população se restritos a iniciativas de ampliação de conhecimentos desconectados da realidade.

A fragmentação entre Saúde e Educação, Biociências e Ciências Humanas e Indivíduo e Sociedade já deixou “marcas” ao longo da História da Educação. Temos que ter a consciência de que a especificidade da área é importante, mas não é o único meio para uma transformação didático-pedagógica, pois estaríamos “mascarando” toda atmosfera sociocultural e educacional. Foi no apego a tal especificidade que adentramos ao longo da história da Educação Física, em práticas as quais privilegiavam métodos de ginástica europeus, jogos e esportes excludentes, ambos calcados em lógicas que visavam inicialmente o aperfeiçoamento da raça, e, subsequentemente, da condição física, das habilidades, do gênero masculino entre outras diferenças.

Até onde se pode revisar a literatura, existe uma grande variedade de estudos recentes que apontam os fatores econômicos e socioculturais como grandes influenciadores do fracasso da promoção da saúde na Educação Física Escolar Brasileira. A relevância desses fatores, antes negligenciados, demonstra uma grande modificação em relação ao higienismo e ao modelo de aptidão física relacionada à saúde. Essa distinção indica a necessidade do Professor de Educação Física rever seu papel perante sua instituição escolar, o que faz denotar a importância de uma conexão entre a área biológica e o envoltório sociocultural da comunidade discente.

Finalmente, cabe ressaltar que esse ensaio não permitiu encontrar uma proposta curricular que contemplasse na prática essa “nova” visão da promoção da saúde na escola, excetuando-se os trabalhos citados. Portanto, é preciso que se realizem novas experiências dentro do cotidiano escolar e se possível que se discutam possibilidades na formação de professores. Nesse sentido, problematizar a saúde através dos marcadores sociais da diferença pode contribuir para o “despertar” do senso crítico.

Referências

ALMEIDA, U. R.; OLIVEIRA, V. J. M.; BRACHT, V. Educação Física escolar e o trato didático-pedagógico da saúde: desafios e perspectivas. In: WACHS, F.; ALMEIDA U. R.; BRANDÃO, F. F. F. (orgs.). *Educação Física e Saúde Coletiva: cenários, experiências e artefatos culturais*. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2016, p. 87-112.

BAGRICHEVSKY, M.; ESTEVÃO, A. O imperativo da epidemiologia dos fatores de risco em face das desigualdades sociais: agenciamentos discursivos sobre o sedentarismo. *Revista de Ciências Sociais*, n. 37, p. 89-102, out. 2012.

_____. Os sentidos da saúde e Educação Física: apontamentos preliminares. *Arquivos em Movimento*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.65-74, janeiro/junho 2005.

BAGRICHEVSKY, M.; TEIXEIRA, B.; ESTEVÃO, A. O debate conceitual sobre saúde e doença: contribuições para a Educação Física. *Caderno de Educação Física*, Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 18, p. 23-28, 1. sem. 2011.

BAGRICHEVSKY, M. et al. Desigualdades sociais em saúde e práticas corporais: um exercício singular de análise. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 497-510, 2013.

BAPTISTA, G. G. *As marcas de um campo em debate: os testes de Aptidão Física na Escola de Educação Física e Desportos-UFRJ (1968-1990)*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro (RJ): Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

BAPTISTA, G. G.; BAPTISTA, J. G. Os testes de aptidão física na Educação Física: da justiça como equidade ao direito à Educação. *Pensar a Prática*, v. 20, p. 205-215, 2017.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Cad. CEDES*, v.19 n.48, Campinas ago. 1999.

BRASIL. Ministério da educação e do desporto. Secretaria de ensino fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998 (Área: Educação Física; Ciclos: 1 e 2).

BRASIL. Ministério da educação e do desporto. Secretaria de ensino médio e tecnológico. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEM, 1999.

BUSS, P. M.; CARVALHO, A. I. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2305-2316, 2009.

CAMINHA, M. C. A Escola de Pesca do Abrigo Cristo Redentor do Rio de Janeiro e a formação profissional do pescador brasileiro no Estado Novo, 1937-1945. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 26, supl. 1, p. 215-233, Dec. 2019.

CAPARROZ, F. E. *Entre a educação física da escola e a educação física na escola*. Vitória: UFES, 1997.

CARVALHO, V. V. R. Higienizar e Civilizar. A campanha sanitária no Rio de Janeiro. In: MATTOS, I. R.; SANTOS, J. P.; ANTUNES, R. A. (Orgs.) *Rio de Janeiro: histórias concisas de uma cidade de 450 anos*. Secretaria Municipal de Educação. Rio de Janeiro: SME, 2015, p. 119-126.

CASTIEL, L. D.; GUILAM, M. C. R.; FERREIRA, M. S. *Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

CHICON, J. F. Inclusão e Exclusão no Contexto da Educação Física Escolar. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 14, n. 01, p. 13-38, janeiro/abril. 2008.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. *Educação Física na Escola: implicações para prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FARINATTI, P. T. V.; FERREIRA, M. S. *Saúde, promoção da saúde e educação física: conceitos, princípios e aplicações*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

FERREIRA, M. S. Aptidão física e saúde na Educação Física Escolar. *Rev. Brás. Cienc. Esporte*, V. 22, n. 2, p.41-54, Jan. 2001.

FERREIRA, M. S.; CASTIEL, L. D.; CARDOSO, M. H. C. A. A patologização do sedentarismo. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 836-847, 2012.

FERREIRA, M. S.; NAJAR, A. L. Programas e Campanhas de Promoção da Atividade Física. *Ciênc. Saúde Coletiva*, vol.10 suppl.0 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2005.

FONTES, Virginia. A sociedade civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA Julio C. F. & NEVES, Lucia M. W. *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

GOIS JUNIOR, E. Ginástica, higiene e eugenia no projeto de nação brasileira: Rio de Janeiro, século XIX e início do século XX. *Movimento*, v. 19, n. 1, p. 139-159, 2012.

GÓIS JUNIOR, E; GARCIA, A. B. A Eugenia em periódicos da Educação Física Brasileira (1930-1940). *Revista da Educação física* (UEM. Online), v. 22, p. 247-254, 2011.

GUEDES, G. E. R. P.; GUEDES, D. P. Características dos programas de Educação Física Escolar. *Rev. Paul. Educ. Fís.*, São Paulo, v. 11, n.1, p. 49-62, jan./jun. 1997.

GUIRALDELLI JÚNIOR, P. *Educação física progressista*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

HAESER, L. M.; BÜCHELE, F.; BRZOSOWSKI, F. S. Considerações sobre a autonomia e a promoção da saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 605-620, 2012.

MACHADO, A. G.; ROCHA JUNIOR, C. P. Modernidade, Higienismo e Ginástica em Salvador/BA (1850-1920). *Movimento*, v. 26, p. 1-15, 2020.

KUNZ, E. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. 6 ed, Ijuí: ed. Unijuí, 2004.

MARQUES, A. T.; GAYA, A. Atividade física, aptidão física e educação para saúde: estudos na área pedagógica em Portugal e no Brasil, *Rev. paul. Educ. Fís.*, São Paulo, v. 13, n.1, p. 83-102, jan./jun. 1999.

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. *Educação física na adolescência: construindo o conhecimento na escola*. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2007.

MELO, J. A. C. Educação sanitária: uma visão crítica. In: CANESQUI, A. M.; CAMARGO, E. S. P.; BARROS, M. B. (Orgs.) *Educação e saúde*. São Paulo: Cortez, 1981, p. 28-43.

NAHAS, M. V. *Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo*. Londrina: Midiograf, 2001.

NEIRA, M. G. A Educação Básica e os desafios nas questões relacionadas com a diversidade cultural e suas práticas curriculares. *Revista de Educação Pública (UFMT)*, v. 20, p. 323-342, 2011.

NOGUEIRA, J. A. D.; BOSI, M. L. M. Saúde Coletiva e Educação Física: distanciamentos e interfaces. *Ciênc. Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1913-1922, jun. 2017.

O'DONNELL, J. Entre praias e avenidas: um Rio de modernidades. In: MATTOS, I. R.; SANTOS, J. P.; ANTUNES, R. A. (Orgs.) *Rio de Janeiro: histórias concisas de uma cidade de 450 anos*. Secretaria Municipal de Educação. Rio de Janeiro: SME, 2015, p. 127-139.

OLIVEIRA, G. G. et al. Análise das publicações e constituições sobre as influências da eugenia na educação brasileira na década de 1930. *Revista Brasileira de Educação e Cultura*, n. 15, p. 24-59, 2017.

OLIVEIRA, R. C.; VELOZO, E. L.; SILVA, C. L. Cultura, atuação profissional em Educação Física e as práticas corporais. *Impulso, Piracicaba*, v. 26, n. 66, p. 7-19, mai./ago, 2016.

- OLIVEIRA, V. M. *Consenso e conflito da educação física brasileira*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- OSMO, A.; SCHRAIBER, L. B. The field of Collective Health: definitions and debates on its constitution. *Saúde soc., São Paulo*, v. 24, supl. 1, p. 205-218, June, 2015.
- PAIVA, F. Sobre a promoção da saúde na escola: uma contribuição da história. In: BAGRICHEVSKY, M.; ESTEVÃO, A. (Org.) *Saúde coletiva: dialogando sobre interfaces temáticas*. Ilhéus, BA: Editus, p. 179-219, 2015.
- PALMA, A.; VILAÇA, M. M. O sedentarismo da epidemiologia. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 31, n. 2, p. 105-119, 2010.
- PARADA, M. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio – Apicuri, 2009.
- RAYNAUT, C. Interdisciplinaridade e promoção da saúde: o papel da Antropologia. *Apresentado como Palestra no V Congresso Brasileiro de Epidemiologia*. Curitiba, PR, Brasil, p. 23-27, 2002.
- REI, B. D. *Lutas de representações sobre o desenvolvimento de uma prática: a Educação Física escolar brasileira em revista (1976-1979)*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro (RJ): Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- _____. *Entre o Pragmatismo e o Dogmatismo: imprensa de educação e ensino e Educação Física escolar no Brasil (1976-1979)*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro (RJ): Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.
- ROCHA, S. A educação como projeto de melhoramento racial: uma análise do art. 138 da constituição de 1934. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 12, n. 1, p. 61-73, jan./abr. 2018.
- SCHNEIDER, O.; FERREIRA NETO, A. Saúde e escolarização: representações, intelectuais, educação e educação física. In: OLIVEIRA, M. A. T. (Org.) *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas/SP: Autores Associados, 2006, p. 111-133.
- SILVA, A. C. Apontamentos sobre a promoção da saúde na formação profissional em Educação Física. In: ANACLETO, F. N. A.; SILVA, G. M.; SANTOS, J. H. (Orgs.). *Educação física e interfaces com a história, o currículo e a formação profissional*. Curitiba: CRV, p. 213-231, 2017.
- SILVA, A. L. S. Imperativos da beleza: corpo feminino, cultura fitness e a nova eugenia. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 32, n. 87, p. 211-222, 2012.
- SILVA, A. L. S.; BERLESE, D. B. Na relação entre eugenia e “Educação Physica”: a construção das noções eugênicas de beleza. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 30, n. 56, p. 49-61, nov. 2018.

SILVA, A. L. S.; MULLER, J. C. V. Há os que confundam a eugenia com educação física: as concepções eugênicas de Renato Kehl após 1929. *XVII CONBRACE IV CONICE* .11-16 set/ Porto Alegre, 2011.

SILVA, G. M. *A Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ no Período do Governo Militar (1968-1979): o curso de formação de professores e sua “invenção”*: (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro (RJ): Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

_____. *Quando o aluno se torna professor universitário: trajetórias de professores da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ (1976-1989)*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro (RJ): Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, J. C. S.; MORGADO, M. N. A tentativa de se inventar uma tradição de modernidade: sobre as projeções de governo relacionadas à escolarização do social na cidade do Rio de Janeiro nos anos 1920. *Revista do CFCH*, v. 1, p. 1-5, 2015.

SILVA, J. C. S.; SOUZA, M. Z. M. Corpos Educados, Perigos Controlados: as contribuições da ginástica escolar para a remodelação urbana carioca. *Roteiro*, p. 237-254, 2013.

SOARES, C. L. et al. (Coletivo de Autores) *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

TANI, G. et al. *Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1988.

WEGNER, R. Dois geneticistas e a miscigenação. Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza no movimento eugenista brasileiro (1929-1933). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 33, n. 61, p. 79-107, 2017.

ZUZZI, R. P.; KNIJNIK, J. Do passado ao presente: Reflexões sobre a história da Educação Física a partir das relações de gênero In: KNIJNIK, J.; ZUZZI, R. P. (Org.). *Meninas e meninos na Educação Física: Gênero e corporeidade no Século XXI*. Jundiaí: Fontoura, 2010.

Recebido em: 20/05/2020
Aprovado em: 25/06/2020